

**Universidade Estadual de Campinas – Unicamp**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS**

**As classes sociais na teoria marxista: estrutura social ou processo  
histórico?**

João Gabriel Loures Tury

## **Resumo**

O entendimento do modo de produção capitalista como estruturado na divisão entre classes sociais, centralmente numa luta entre proletariado e burguesia, é uma proposição consensual entre as diversas alas do pensamento marxista. No entanto, com o desenvolvimento da teoria marxista muitas explicações foram dadas sobre o papel das classes sociais no capitalismo e na transformação social. Em especial, a partir da década de 1960, desenvolveram-se teorias mais sofisticadas para responder às críticas que identificavam o marxismo como um determinismo econômico, onde as classes eram explicadas por critérios monocausais. Como síntese das diversas elaborações sobre as classes sociais no âmbito da teoria marxista, podemos condensar em três vertentes distintas, que fundamentam suas explicações em elementos dessemelhantes: uma vertente metafísico-filosófica, que apresenta as classes sociais como um sujeito histórico que possui a tarefa de superar as contradições do devir; uma vertente estrutural-sociológica, que busca identificar as estruturas sociais que condicionam a luta de classes; e, por fim, uma vertente político-histórica, que, focando na experiência histórica dos sujeitos, entenderá a classe como um processo social de constituição a partir da luta. Neste trabalho, apresentamos a teorização de três autores representativos das duas últimas vertentes apresentadas acima: E. P. Thompson, Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright. Estes autores foram protagonistas nos debates sobre a teoria das classes sociais entre as décadas de 1960 e 1980, concebendo três formas diferentes de compreender as classes sociais a partir de uma ótica marxista.

O entendimento do modo de produção capitalista como estruturado na divisão entre classes sociais, centralmente numa luta entre proletariado e burguesia, é uma proposição consensual entre as diversas alas do pensamento marxista. A máxima “a história de toda sociedade é a história da luta de classes” demonstra como, para Marx, as classes em luta era um ponto nodal para a compreensão da realidade social.

No entanto, com o desenvolvimento da teoria marxista muitas explicações foram dadas sobre o papel das classes sociais no capitalismo e na transformação social. Em especial, a partir da década de 1960, desenvolveram-se teorias mais sofisticadas para responder às críticas que identificavam o marxismo como um determinismo econômico, onde as classes eram explicadas por critérios monocausais.

Como síntese das diversas elaborações sobre as classes sociais no âmbito da teoria marxista, podemos condensar em três vertentes distintas, que fundamentam suas explicações em elementos dessemelhantes: uma vertente metafísico-filosófica, que apresenta as classes sociais como um sujeito histórico que possui a tarefa de superar as contradições do devir; uma vertente estrutural-sociológica, que busca identificar as estruturas sociais que condicionam a luta de classes; e, por fim, uma vertente político-histórica, que, focando na experiência histórica dos sujeitos, entenderá a classe como um processo social de constituição a partir da luta.

Nesta breve exposição, delimitaremos nossa discussão a três autores representantes das duas últimas vertentes apresenta acima: E. P. Thompson, Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright. Estes autores foram protagonistas nos debates sobre a teoria das classes sociais entre as décadas de 1960 e 1980, concebendo três formas diferentes de compreender as classes sociais a partir de uma ótica marxista.

### **A crítica à vertente metafísico-filosófica**

O traço comum dos autores selecionados é a rejeição a uma explicação filosófica da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico destinado a superar as contradições do modo de produção capitalista.

Suas críticas à vertente metafísico-filosófica, condensada de forma mais acabada na obra *História e Consciência de Classe* do jovem Lukács, pode ser melhor compreendida no afastamento da ideia de “classe em si” e “classe para si”. Na obra *A Miséria da Filosofia*, Marx (1976, p. 136) distingue dois momentos da classe trabalhadora: “as condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns”. Ou seja, a existência das relações de produção capitalistas, com a exploração dos trabalhadores assalariados que a constitui, teria gerado uma massa de trabalhadores com interesses comuns, que “já é uma classe diante do capital”, do ponto de vista estrutural ou objetivo. Contudo, “não o é ainda [uma classe] para si mesma. Na luta (...) esta massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe”.

Esta concepção supõe uma essência objetiva de classe que se expressaria por meio do desenvolvimento histórico na existência da luta de classe. A luta, a organização política de classe, torna-se o reflexo a se realizar de uma essência interior. A não realização da essência é produto ideológico, uma “falsa consciência” que impede a classe de ter conhecimento de seus interesses reais, essenciais.

Thompson (2012) caracteriza essa concepção como platônica, “pois oferece um modelo de desenvolvimento por etapas da formação da classe com o qual a história deveria conformar-se, e, caso a evidência se oponha, ou se corta a parte válida ou se introduz a ‘falsa consciência’”. O centro da crítica de Thompson, como veremos adiante, está na ideia de uma relação determinista entre base e superestrutura, no qual a organização política e a cultura seriam derivadas de uma base estrutural.

Antecipando algumas ideias que desenvolveremos sobre Poulantzas, o autor considera que as fórmulas de “classe em si” e “classe para si” de Marx, em 1847, não passam de uma reminiscência hegeliana. Para o autor, “elas têm assumido o papel de parapeito do esquema historicista, permitindo a concepção de uma estrutura econômica ‘acionada’ pela luta político-ideológica das classes, estrutura no interior da qual as classes estariam apesar de tudo inseridas sob o aspecto misterioso da ‘classe em si’” (POULANTZAS, 1977, p. 74). Seria impossível pensar, na perspectiva de Poulantzas, uma classe que se expressaria no aspecto econômico, sem ser também uma classe com práticas políticas.

### **As classes sociais como processo político-histórico**

Como principal representante da abordagem que observa a classe como um produto das lutas políticas, Thompson está voltado para a crítica das concepções estáticas de classe, que a identificam com determinantes estruturais, em especial as que se tornaram hegêmonicas no interior dos partidos comunistas em meados do século XX. O título de sua principal obra, *The making of the English working class (A formação da classe operária inglesa)*, é sugestivo de sua interpretação: expressa a ideia de um movimento de autofazer-se da classe, um processo ativo, fundamentado tanto na ação humana quanto nas condicionantes sociais, no qual a classe participa de sua própria constituição (THOMPSON, 1987).

Por classe, Thompson (1987, p. 9) compreende um “fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”. Se é um fenômeno histórico, ela é real; sua realidade, contudo, não é a da existência de um objeto, imóvel e a-histórico, mas a realidade das relações sociais (da luta entre classes) que se estabelecem no processo histórico e que dão vida às classes.

A classe é ativa, se expressa em lutas políticas e constrói uma cultura de classe, vivenciada pelos indivíduos em suas relações. As classes não se tratam nunca, para Thompson, de categorias tipológicas (tipos ideias), instrumentos de análise social. Também não são estruturas sociais prévias à ação humana.

Ao considerar a classe uma relação, Thompson (1987) vê com ceticismo a tentativa de tratá-la como uma coisa, estática e congelada no tempo, sobre o qual o sociólogo se debruçaria e dissecaria suas partes constituintes, identificando critérios

abstratos de uma estrutura de classes. A classe só existe encarnada na luta, e dessas relações ela não pode ser retirada, com o risco de tornar pura abstração.

Por tudo isso, Thompson advoga pelo primado da luta de classes sobre as classes. É na luta que as classes se formam:

as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe (IDEM, 2012).

Tanto a classe como a consciência de classe apresentam-se como produtos da luta de classes, e não como um *a priori*, um pressuposto temporal. Quando se explicam as classes pelas estruturas sociais, incorre-se em alguns erros: subentende-se a classe como o ponto inicial que devido às contradições sociais desemboca na luta de classes; e neste paradigma, busca-se encaixar a força o processo histórico concreto em modelos teóricos abstratos, ou deturpando a realidade ou criando categorias para tornar inteligível a contradição entre teoria e realidade (esta é a visão de Thompson sobre o conceito de falsa consciência).

Thompson não se estende na exposição de suas premissas teóricas e de seu percurso metodológico. Ficam, portanto, algumas dúvidas a serem melhor debatidas. Se as classes são uma categoria histórica, que se derivam de processos sociais através do tempo, por que esses processos ocorrem, ou, em outras palavras, por que as classes se formam? Mais importante: o que distinguiria as classes de outros grupos sociais que também criam identidades coletivas a partir de lutas antagônicas na história?

Em primeiro lugar, Thompson não rejeita, de antemão, as teorizações sobre as classes sociais que objetivam captar as regularidades que se verificam no processo histórico. Também é necessário precisar que Thompson não nega a existência de determinações objetivas que atuam como condicionantes no processo de autofazer-se da classe<sup>1</sup>. A presença de relações de produção capitalistas, fundamento estrutural da sociedade, é condição necessária para o processo de formação da classe trabalhadora.

---

1 “Suponho que ninguém possa pensar, por tudo isso, que eu corrobore a idéia de a formação da classe ser independente de determinações objetivas, nem que eu sustente que classe possa ser definida como simples fenômeno cultural, ou coisa semelhante. Isso seria, creio, desmentido pela minha própria prática de historiador, como pela de muitos outros” (THOMPSON, 2012).

A crítica de Thompson é que ele constata que, demasiadas vezes, “a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar” (2012). Para o autor,

nenhum exame das determinações objetivas e, mais do que nunca, nenhum modelo eventualmente teorizado podem levar à equação simples de uma classe com consciência de classe. A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em um certo “estágio” do processo (IDEM, 2012).

Esta impossibilidade dos modelos explicarem as classes sociais concretas indica que a sua utilização como pressuposto da pesquisa pode levar a resultados equivocados.

E por que os modelos teóricos são incapazes de determinar a classe em sua existência? Thompson não nega a possibilidade de identificar regularidades e de teorizar sobre estas regularidades. Mas estas teorizações devem ser compreendidas como tendências das relações, nunca como uma lei preestabelecida: “Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes, mas não podemos predicar nenhuma *lei*”<sup>2</sup>. De acordo com Thompson, as teorizações e os modelos estruturais são sempre posteriores ao estudo concreto da classe em sua história, já que o caminho seguido por aquela classe naquela situação concreta é único. As determinações estruturais nunca limitam os processos sociais vividos por uma classe a um único caminho de desenvolvimento.

Portanto, não há um modelo “verdadeiro” de como formam as classes, pois cada formação social tem uma história específica. Thompson, de forma breve, explica isso a partir da diferenciação do modo como a experiência e a consciência de classe são determinadas. A experiência é condicionada pelas relações de produção vividas pelos indivíduos, ainda que involuntariamente. Entretanto, a consciência dessa experiência não se apresenta como determinada pelas relações de produção. Há mediações que fazem com que a consciência de classe dessa experiência, ou seja, a encarnação das experiências em tradições, valores, ideias e formas institucionais nunca se desenvolva da mesma maneira, como produto direto das relações de produção.

### **As classes sociais e suas raízes estrutural-sociológicas**

---

2 “Não é minha intenção sugerir que uma análise estrutural estática (...) não possa ser tanto valiosa como essencial. Porém o que nos dá é uma lógica determinante (no sentido de por limites e exercer pressões ...) e não a conclusão ou a equação históricas; que estas relações de produção = a estas formações de classe” (THOMPSON, 1984, p. 35, tradução nossa).

Os principais expoentes da vertente estrutural-sociológica nos estudos sobre as classes sociais no âmbito do marxismo são Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright. O primeiro autor se filiava à corrente estruturalista que teve no pensamento de Louis Althusser seu principal representante. Desenvolveu suas elaborações sobre as classes sociais nas décadas de 1960 e 1970, com uma crítica profunda do pensamento “historicista” de Lukács. Já o sociólogo americano Wright, realizou suas investigações a partir da década de 1970, num diálogo direto com os trabalhos de Poulantzas, vindo a se aproximar posteriormente dos trabalhos de John Roemer, do campo teórico conhecido como marxismo analítico.

Ambos autores têm acordo numa questão fundamental: a crítica às teorias marxistas sobre as classes sociais que definem classe a partir de um critério único, as relações de produção, mais especificamente pelas relações de propriedade. Nessa abordagem, as classes se definiriam pela posse (ou não) dos meios de produção, sendo, por conseguinte, a sociedade capitalista moderna dividida entre burguesia, classe dos proprietários capitalistas, e proletariado, classe dos trabalhadores assalariados que não possuem nenhum meio de trabalho, apenas sua força de trabalho. A estrutura de classes das sociedades capitalistas avançadas do pós Segunda Guerra contrastava, por suas múltiplas clivagens, com essa explicação simplificada das relações de classe. Identificar as classes unicamente com as relações de propriedade seria um reducionismo economicista, que grande parte dos partidos comunistas daquele período histórico comungavam.

Porém, a crítica ao economicismo desenvolveu-se, em cada autor, por um caminho distinto.

Não há dúvida de que Poulantzas se afasta mais das posições economicistas que Wright. Para Poulantzas, “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica” (1975, p. 13-14). Ao lado da esfera econômica, o autor inclui a esfera política e a esfera ideológica como também determinantes para a explicação das classes sociais.

O modo de produção capitalista “puro” possuiria instâncias relativamente autônomas: a econômica, a política e a ideológica, com a dominância da instância econômica. Esta afirmação teórica fornece um instrumental analítico para o estudo das sociedades capitalistas. O estudo da estrutura política e ideológica é fundamental para

explicar as relações sociais que se desenvolvem na sociedade capitalista (POULANTZAS, 1975; 1977).

Cada uma dessas instâncias ou esferas possui uma estrutura própria, e relativamente autônoma. Portanto, estrutura ou base, para Poulantzas (1977), não se reduz à esfera econômica nem se identifica à junção entre forças produtivas e relações de produção. Na superestrutura política e ideológica também existe uma estrutura em que os agentes são incluídos como suportes ou portadores da estrutura.

Dessa premissa teórica seguem importantes conclusões sobre o estudo das classes sociais no pensamento de Poulantzas. Em primeiro lugar, a análise das classes deve partir do estudo do conjunto das estruturas de um modo de produção (não apenas a estrutura econômica) e das relações que estas estruturas estabelecem entre si. As classes sociais são, portanto, o efeito de um conjunto de estruturas e das relações dessas estruturas: “Uma classe social pode ser identificada quer ao nível econômico, quer ao nível político, quer ao nível ideológico, e pode ser localizada em relação a uma instância particular. No entanto, a definição de uma classe *enquanto tal* e a sua *conceitualização* reporta-se ao conjunto dos níveis dos quais ela constitui o efeito” (Idem, 1977, p. 61).

Dizer que uma classe é o efeito da estrutura significa que ao lado da estrutura de cada esfera há um outro domínio, o qual Poulantzas designa como o domínio das relações sociais. As relações sociais são o efeito da estrutura sobre os agentes. Tanto no nível econômico, como no nível político e ideológico, são encontradas estruturas e relações sociais, e nestas os agentes se localizam como suportes da estrutura.

As classes sociais se encontram, portanto, no domínio das relações sociais, e não na estrutura. A estrutura é a determinação das classes, mas não propriamente as classes. As classes sociais se apresentam “como o *efeito global das estruturas no domínio das relações sociais*” - e não como o efeito de uma estrutura (econômica) sobre outro nível estrutural (política ou ideológica) -, “os quais conotam nas sociedades de classe, a distribuição dos agentes-suportes por classes sociais” (p. 62).

Poulantzas trata de descrever o modo de relação que se estabelece entre os domínios (estrutura e relações sociais) nas diferentes esferas. Parte da percepção de uma confusão conceitual empregada pelo economicismo entre os conceitos de relações de produção e de relações sociais de produção, que, em geral, são empregados indistintamente. Na instância do econômico, Poulantzas (1977) compreende as relações de produção como a estrutura, conformada pelo processo de trabalho (relação dos seres

humanos com a natureza no âmbito da produção) e pelas relações de produção propriamente ditas (relações entre seres humanos na produção). Já as relações sociais de produção seriam relações de classe, que se expressam no nível econômico como o efeito das relações de produção (estrutura econômica).

O mesmo se pode dizer das esferas políticas e ideológicas. As superestruturas política e ideológica (domínio estrutural) produzem efeitos, que são as relações sociais políticas e relações sociais ideológicas.

Nesse sentido, as classes sociais não seriam uma “coisa empírica” que se encontraria na estrutura, mas conotam relações sociais. Aqui há um pequeno ponto em comum com Thompson. Classes como relações e não um objeto estático. Mas, diferente do autor inglês, a determinação estrutural é quase absoluta, e as classes são apenas um efeito desta determinação.

Poulantzas nega categoricamente (o que é facilmente observado em Thompson) a ideia de que as estruturas são produtos dos agentes em suas relações sociais. A ordem é justamente a inversa: a estrutura determina lugares e funções ocupados pelos agentes apenas como ocupantes; eles são portadores ou suportes das funções.

Em síntese, a constituição da classe diz respeito aos três níveis, refletindo as estruturas nas práticas de classes e nas “lutas” econômicas, políticas e ideológicas. As relações sociais, enquanto domínio-efeito, são estruturadas pelo sistema de estruturas, e refletem a determinação em última instância do econômico, que pode deslocar o papel dominante para outras instâncias. A articulação dos níveis de estruturas que especifica um modo de produção geralmente reflete no modo de articulação dos níveis das relações sociais (ou luta de classes) (Idem, 1977).

A complexidade da análise das classes sociais aumenta quando se passa do foco no modo de produção para a formação social. O modo de produção é um objeto abstrato-formal, que abrange relações de produção, política e ideológica, mas compreendidas como um modelo típico. Já as formações sociais, são configurações historicamente determinadas e concretas; comportam vários modos de produção numa articulação específica, com o domínio de algum deste modo. Analisando abstratamente, em cada modo de produção podem ser reconhecidas duas classes que expressam a contradição existente. Na formação social, por outro lado, sempre há mais de duas classes, já que há uma superposição de vários modos de produção, embora existam duas

classes fundamentais que concentram as contradições principais (do modo de produção dominante).

Assim, as classes não podem ser deduzidas em sua luta concreta (numa formação social) de uma análise abstrata do modo de produção. Deve ser entendida em sua relação concreta com outras classes de outros modos de produção. Na formação social há efeitos secundários decorrentes da combinação concreta e original de diversos modos de produção. Esses efeitos geram uma série de fenômenos: sobredeterminação e subdeterminação de classes, com o fracionamento, a dissolução e a fusão das classes.

O critério para definir a existência de uma classe como força social numa formação, ou sua presença nos níveis político e ideológicos dessa formação, é a expressão das relações de produção nos outros níveis por efeitos pertinentes – ou seja, a reflexão de elementos novos produzidos pelo lugar ocupado na produção sobre os outros níveis, que não existiriam se não houvesse esses efeitos: Poulantzas dá o exemplo do bonapartismo, um efeito pertinente, que dá ao campesinato o caráter de classe distinta na França. Disto se deduz que a existência de uma classe em uma formação supõe a sua presença no nível político por efeitos pertinentes, e não necessariamente na forma de organizações políticas ou de uma ideologia própria. Uma classe subdeterminada, geralmente de um modo de produção não-dominante, pode não ser organizada politicamente ou ideologicamente, mas existir como força social em sua subdeterminação por meio dos efeitos pertinentes que exerce no nível político (Idem, 1977). Este ponto é outra profunda diferença com a concepção teórica de classe elaborada por Thompson.

Seguindo outro caminho teórico, Wright também vai fundamentar sua investigação sobre as classes sociais a partir de uma perspectiva estrutural. É possível identificar dois momentos distintos em seus escritos, um primeiro ainda na década de 1970, quando estabelece um diálogo direto com o trabalho de Poulantzas, e outro a partir da década de 1980 quando reformula sua teoria com a incorporação da teoria da exploração proposta por John Roemer. No presente texto, por uma questão de espaço, nos restringiremos à primeira formulação teórica de Wright (1981).

Sua crítica a Poulantzas é a ampliação, proposta por este autor, na determinação estrutural das classes para as esferas políticas e ideológicas. Por mais que Poulantzas reafirmasse o primado do econômico, para Wright (1981) ele abala a base econômica da teoria de classes, equiparando-os aos critérios políticos e ideológicos. Por exemplo, a definição de Poulantzas de classe operária exige a conformidade de diversos

aspectos estruturais, sejam eles econômicos, políticos ou ideológicos. O não cumprimento de um critério (a subordinação política, por exemplo) seria suficiente para ser excluído da definição da classe operária. Para Wright, essa perspectiva implode a ideia de primado do econômico.

Em contraposição, Wright (1981) vai buscar outros critérios para realizar uma teoria sobre a estrutura de classes nas sociedades capitalistas. Para o autor, há três processos centrais subjacentes às relações básicas entre capital e trabalho, ou relações sociais de produção, que são passíveis de serem isolados: o controle sobre os meios físicos da produção; o controle sobre a força de trabalho; e o controle sobre investimentos e alocação de recursos. A posição de ter pleno controle ou nenhum controle sobre estes três atributos determinaria as divisões de classe.

As classes fundamentais do modo de produção capitalista se localizariam nos polos opostos deste modelo. A burguesa possui pleno controle dos três processos, sendo a proprietária dos meios de produção e possuindo o controle sobre os meios físicos de produção e sobre a força de trabalho. O proletariado, no lado oposto, não possui meios de produção (e, portanto, não tem controle sobre investimentos e o processo de acumulação), e não possui controle para determinar os meios de trabalho e os meios de utilização da força de trabalho. A pequena burguesia, numa perspectiva intermediária, tem controle sobre a propriedade e sobre os meios de trabalho, não controlando, contudo, força de trabalho alheia. A partir da posição nesses processos, analisa-se as classes e suas relações.

Este esquema permite Wright teorizar sobre o que ele designa como situações contraditórias de classe. Essa seria uma maneira de resolver as ambiguidades da estrutura de classes, que para o autor teria sido incorretamente problematizadas por Poulantzas. Segundo o autor, “em vez de erradicar essas contradições classificando-se de maneira artificial toda posição dentro da divisão social do trabalho sem ambiguidade numa classe ou outra, as situações contraditórias precisam ser estudadas em si mesmas” (WRIGHT, 1981, p. 57).

Assim, entre o proletariado e a burguesia, Wright (1981) indica a existência de estratos que se localizam em situações contraditórias de classe. Como exemplos evidentes, estariam os altos gerentes, gerentes intermediários, gerentes inferiores, supervisores e tecnocratas. Embora não possuam a propriedade econômica e, portanto, o controle sobre recursos e investimentos, essas camadas têm algum controle, em níveis variados, sobre os meios físicos de trabalho e sobre a força de trabalho. Enquanto os

altos gerentes, possuem maior controle e se aproximam mais da burguesia, os supervisores estão mais ligados aos trabalhadores por terem um nível de controle restrito.

Empregados autônomos que, sem ter propriedade dos meios de produção nem controle sobre outras forças de trabalho, possui uma maior qualificação e controle sobre o seu próprio trabalho, poderiam ser percebidos numa situação contraditória entre proletariado e pequena burguesia. Por fim, pequenos empregadores, que contratam empregados em número pequeno, se enquadrariam entre a burguesia e a pequena burguesia, devido ao controle restrito sobre outras forças de trabalho.

### **Conclusão**

A discussão apresentada neste texto não tem como intuito avaliar criticamente ou indicar qual abordagem é a mais apta para compreender as sociedades contemporâneas. O objetivo foi apresentar diferentes visões analíticas que podem ser utilizadas na investigação social dependendo dos objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, a utilização dos estudos de Erik Olin Wright tem sido muito frutífera na investigação da estrutura da desigualdade social, inclusive a da realidade brasileira, como se verifica nos trabalhos de José Alcides Figueiredo Santos. Por outro lado, metodologias qualitativas, como a etnografia operária, vem sendo utilizadas na sociologia do trabalho com bons resultados, procurando focar aspectos que os dados sobre a estratificação de classes não deixa transparecer. Ter o domínio dessas teorias pode auxiliar uma pesquisa mais profunda e qualificada.

### **Bibliografia**

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847). Porto: Publicações Escorpião, 1976.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e falsa consciência”, in NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Lucha de clases sin clases?, in.: **Tradición, revuelta y consciencia de clase:** estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Critica, 1984.

WRIGHT, Erik Olin. **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.